



REESTRUTURAR O CAMPO DO DESEJO

LILIAN CELIBERTI



ARTICULACION
FEMINISTA
MARCOSUR

REESTRUTURAR O CAMPO DO DESEJO POR LILIAN CELIBERTI

Lilian Celiberti é ativista feminista. Uma das fundadoras da organização Cotidiano Mujer, em 1984. Integrante da Articulación Feminista Marcosur, do Coletivo Ecofeminista Dafnia e da Assembleia Coletiva Las Pioneras. Organizadora das Jornadas de Debates Feministas e da Assembleia Feminista de Montevideo. Organizou os diálogos interculturais entre mulheres indígenas e urbanas em 2010, 2011, 2017 e foi membro do Tribunal Ético das Mulheres realizado no Fórum Pan-Amazônico, em 2017. Participou do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial de 2001 a 2010. Entre as publicações dos últimos anos, coordenou: Notas para la memória feminista en Uruguay 1983-1995 (2018); Las bases materiales que sustentan la vida (2019); Por una ciudad feminista-ecofeminista (2020); Asociación Mercosur - Unión Europea: impactos económicos, ambientales y de género (2020); Un Tren a contramarcha. Impacto del Tren de UPM en tres barrios de Montevideo (2020).

**TRADUZIDO DO ESPANHOL
POR CARLA BATISTA**

Carla Gisele Batista é feminista, historiadora com mestrado em estudos sobre mulheres, gênero e feminismo pela UFBA. Integrante da Articulación Feminista Marcosur. Em 2019 publicou pela AnnaBlume Editora “Ação feminista em defesa da legalização do aborto - Movimento e instituição”. Publica a coluna Mulheres em Movimento na <https://www.folhape.com.br/colunistas/mulheres-em-movimento/>.

REESTRUTURAR O CAMPO DO DESEJO

LILIAN CELIBERTI

Em setembro de 2000 um grupo de organizações que compartilhavam abordagens comuns de práticas feministas se reuniu em um seminário em Montevideu e decidiu criar uma articulação política. Iniciamos, assim, um espaço de confluência de estratégias e trocas feministas, que chamamos de Articulación Feminista Marcosur (AFM). Nesse encontro, analisamos a convocatória do primeiro Fórum Social Mundial (FSM) a ser realizado no Brasil por organizações, ONGs e movimentos, e decidimos direcionar nossa ação coletiva para este processo como um espaço de encontro de movimentos sociais que partiam de diferentes contextos culturais e geográficos.

A vocação internacionalista do feminismo encontrou no espaço do FSM um cenário para manifestar-se. O FSM não foi para nós apenas um evento anual, mas principalmente um processo coletivo de diálogo e confronto entre redes, coalizões, campanhas e movimentos, que gerou encontros e desencontros, definições e posicionamentos políticos que colocaram em jogo a capacidade de escuta e debate entre posições opostas e diferentes culturas políticas.

Sem caráter decisivo, sem maiorias ou minorias, se pretendia consolidar um espaço diverso, plural, não governamental, não confessional, descentralizado, movimentista e sem nenhuma pretensão de representação universal. O FSM se propôs, como princípio norteador, um caráter plural, sem pretender substituir a heterogeneidade de visões, culturas políticas e posicionamentos presentes, definindo em sua carta de princípios que:

“Ninguém estará autorizado a expressar, em qualquer de seus encontros, posições que pretendam ser representativas de todos os seus participantes. (...) O Fórum não se constitui, portanto, em uma instância de poder, a ser disputada pelos participantes de suas reuniões, nem pretende constituir-se como única alternativa de articulação ou ação das entidades e movimentos que dele participam” (Carta de Princípios do FSM).

Este princípio foi um marco fundamental para o desenvolvimento do debate político que permitiu o diálogo entre práticas políticas sem a hegemonia reducionista de algumas posições sobre outras. Tarefa difícil e sempre ameaçada pelas exigências de "eficácia" que reclamavam um espaço centralizado, para definir estratégias e representação do movimento altermundialista. Em 2010, Maria Betânia Ávila, apontando para este aspecto da experiência FSM, afirmou:

“... o feminismo nos ensina a rejeitar tanto as hierarquias como a complementaridade, como formas de relação. O desafio é justamente essa nova relação, que pressupõe alianças, conflitos e acordos para caminhar numa mesma direção. Enfrentar o conflito democraticamente é condição básica para a confluência. Negar o conflito é, muitas vezes, a negação de outro movimento, de outra posição, o que só enfraquece a luta e diminui a capacidade de resistência. A negação do outro como sujeito contradiz o sentido da transformação e produz um ato de barbárie política. A negação é o desejo de eliminação. A negação caracteriza uma forma autoritária de relação política. O importante é compreender que o conflito de ideias entre os movimentos sociais é um caminho para construir proposições coletivas, uma vez que o enfrentamento, marcado pelo antagonismo, não está nesta relação, mas fora dela, no confronto com o sistema de poder dominante. O Fórum Social Mundial é um movimento de ação política pleno de radicalidade porque nesse contexto estão presentes os movimentos que lutam contra todas as formas de opressão, exploração e discriminação presentes em nossa sociedade. Porque revela a multiplicidade de sujeitos e a necessidade de uma atuação política que leve em conta a autonomia, a contribuição e o valor das causas e de cada forma de organização para a emancipação dos sujeitos e a construção de uma sociedade com justiça social, ambiental e igualdade. É também um espaço aberto a recém-chegadas/os, aqueles/as que ainda não definiram a que pertencem, mas querem fazer parte, conhecer, viver uma nova experiência e quem sabe trazer ao coletivo utopias que estavam guardadas por não ter onde as compartilhar. O que quero destacar é que os espaços dos grandes encontros do Fórum Social Mundial também reúnem experiências muito diferentes, sendo para alguns/mas apenas o começo” (Ávila, 2010: 11, 12).

No mesmo sentido, Virginia Vargas destacava

“O FSM evidenciou a força da multiplicidade de formas de luta e resistência dos movimentos e atores sociais que confluem neste espaço. É mais do que diversidade. É a evidência de um sujeito de transformação não ancorado em uma forma organizacional ou de luta, ou em torno a uma prioridade, mas um sujeito formado pela multiplicidade, propondo novas perspectivas epistemológicas e novas cosmovisões. A diversidade de sujeitos adquiriu, diz Valdez, beligerância política e visibilidade epistemológica” (Vargas, 2010: 43).

A partir de cada práxis política, naqueles anos, abriram-se espaços de interpelação e disputa entre movimentos, que criaram novos interstícios e dimensões na perspectiva política de cada movimento. Nesse cenário-processo os feminismos, inicialmente invisíveis, conseguiram abrir debates e questionamentos substantivos que colocaram em xeque as concepções patriarcais. Embora a profundidade da mudança conceitual que supõem tenha sido, e continue sendo, um campo de disputa.

A ascensão do FSM foi acompanhada pela chamada “virada à esquerda” na região e em particular na América do Sul. Mais além de suas necessidades e limites, vinha conformando um cenário propício para um novo ciclo de massificação feminista. Porém, as relações com as esquerdas seguem sendo, como desde o início, relações complexas, com momentos de desencontros abissais.

AS RUAS, OS CORPOS

O FSM foi definindo no cenário de novas lutas emergentes aqui e ali. Para os feminismos abriu-se uma fecunda pluralidade de corpos, subjetividades e vozes. Em 2015, as praças, ruas e escolas do Brasil (principalmente no sudeste) se encheram de vozes feministas contra as propostas para restringir ainda mais o direito das mulheres de decidir sobre sua capacidade reprodutiva.

O abuso sexual de uma jovem por um grupo de homens foi "viralizado" nas redes, e foi mais um desencadeador do que passou a ser chamado de "primavera das mulheres"; uma emergência de rostos e vozes que combinava ciberativismo com uma presença ativa nas ruas. A hashtag "primeiro assédio" transbordou de testemunhos, experiências e pronunciamentos contra o machismo cotidiano.

Por sua vez, milhares de mulheres negras construíram, durante um ano, a Marcha das "mulheres contra o racismo, a violência e pelo bem viver" que convergiu em Brasília no dia 25 de julho de 2015. As forças reveladas por essa maravilhosa primavera de vozes e rostos, de ocupações de escolas por adolescentes, com movimentos como "lute como uma garota", encontraram uma resposta brutal no golpe parlamentar contra Dilma Rousseff e no progressivo desmantelamento das políticas públicas voltadas para a garantia dos direitos sociais às maiorias.

Os assassinatos de lideranças sociais como Marielle Franco, no contexto de uma destituição brutal de dignidade e direitos, abrem caminho para o racismo ocultado e aos discursos obsoletos de ódio homofóbico e fascista. O futuro da democracia no Brasil está em perigo e sua crise apela a uma reinvenção das formas de fazer política.

A vida está atravessada por um cotidiano anti-direitos e, ao mesmo tempo, a emergência de novas subjetividades expressivas que afirmam novos direitos. No cenário político da região, a democracia e seus mecanismos de representação e garantias elementares para a vida em comum, aparecem questionados pela emergência de lideranças de ultradireita e anti-direitos e pela reivindicação da presença militar e autoritária.

Ao mesmo tempo, os feminismos conseguem captar novas subjetividades e foi assim que se espalhou rapidamente para outras cidades latino-americanas uma mobilização convocada na Argentina sob o lema "nem uma a menos". Essas mobilizações foram o prelúdio da Greve Internacional das Mulheres de 8 de março de 2017. Novas identidades coletivas se expressam nas ruas, com vozes muito diversas que ocupam o espaço público enchendo-o de rostos e fúrias, jovens e antigas, multiplicidade de slogans e reivindicações.

A diversidade dos feminismos é sua característica atual mais marcante. É também a sua maior riqueza, porque expressa as múltiplas formas, espaços, estratégias, a partir das quais os feminismos lutam para modificar as situações de exclusão e subordinação das mulheres, interseccionadas por condições étnico-raciais, geracionais, de classe e sexuais, que geram desigualdades. Uma diversidade que traz novas vozes e presenças, forjadas a partir de outras experiências e culturas e que propõem múltiplas categorias de conhecimento e ação, com enorme impacto na teoria e nas epistemologias feministas.

A ESQUERDA FEMINISTA: CORPO E TERRITÓRIO

A maioria das correntes feministas se identifica com um campo de esquerda que está sempre solidário e em disputa com os próprios partidos de esquerda. São práticas políticas feministas com a esquerda sob a pele, como diz Paul Preciado (2019: 9). A radicalidade da proposta vai além da política e, em particular, das alianças policlassistas de progressistas latino-americanos. Se confrontam com uma cultura de esquerda que se concentra na administração e gestão do capitalismo. Um progressismo que tende a reproduzir uma divisão obsoleta, tanto teórica quanto política, entre o “político” como gestão do Estado e as relações sociais cotidianas em que a exclusão social e o patriarcado impactam os corpos das mulheres, seja com a violência de gênero, o abuso sexual ou a discriminação contra dissidências sexuais. A esquerda tende a minimizar as dimensões que dizem respeito às raízes patriarcais das relações entre homens e mulheres, a heteronormatividade, o sexismo e o racismo, enfim, o núcleo patriarcal da exclusão.

A confrontação feminista com as esquerdas partidárias tem colocado em debate dimensões radicais sobre a liberdade e a justiça, capazes de abrir novas perspectivas, tanto materiais quanto simbólicas. Quando os partidos de esquerda chegaram ao governo, muitos desses sonhos se viram frustrados devido ao impulso dado a propostas neodesenvolvimentistas e extrativistas. As transformações anticapitalistas foram substituídas pelas melhores práticas de gestão do capitalismo pautadas no paradigma do “crescimento”, colocado como condição para a redistribuição. Essa lógica não permitiu diferenciar as propostas econômicas de esquerda das lógicas predatórias do capitalismo extrativista. Falava-se então,

“da possibilidade de construir alternativas ao desenvolvimento, inclusive a partir de políticas públicas nacionais ou regionais, com base nas constituições. No entanto, mais tarde os governos reformaram essas constituições ou contornaram seus preceitos com muitas leis secundárias, a fim de implementar projetos de desenvolvimento” (Gabbert; Lang 2019: 14).

Partindo da perspectiva ecológica, a crítica ao capitalismo se sustenta no princípio da eco-dependência com a natureza. Os ciclos naturais renovam e auto-organizam os processos de polinização, fotossíntese e de regeneração da água que necessitamos para viver. O capitalismo ignora as relações de dependência com a natureza, bem como seus limites físicos, e ignora os tempos de cuidado dedicados a tornar a vida possível. Essa "ignorância" se sustenta nas orientações da escola econômica neoclássica, que fundamenta sua dinâmica expansiva na exploração do trabalho humano, na extração de materiais finitos e na aceleração dos ciclos naturais. É um modelo que leva ao limite a capacidade de reprodução da natureza e os tempos de vida das pessoas, a ponto extremo de colocar em contradição o capital e a vida.

Nas Jornadas Feministas – 2017, organizadas no Uruguai por Cotidiano Mujer, Yayo Herrero convocava a articular os paradigmas da economia feminista e a economia ecológica. A economia feminista enfatiza a profunda contradição entre a reprodução natural e social das pessoas e o processo de acumulação de capital, enquanto a economia ecológica enfatiza a inviabilidade de um metabolismo econômico inconsciente dos limites biogeofísicos e dos ritmos necessários para a regeneração da natureza. O diálogo entre os dois paradigmas é urgente e imprescindível.

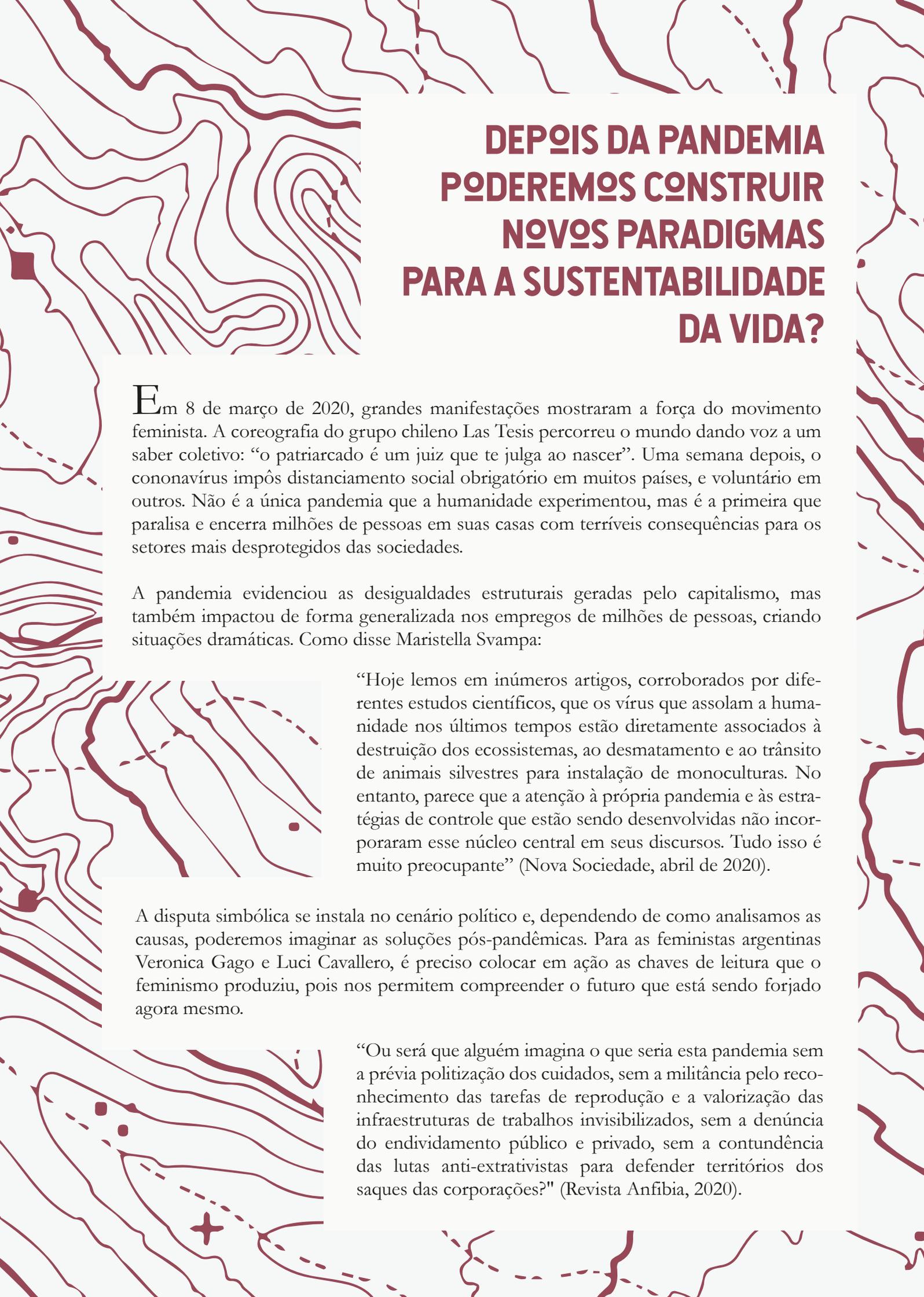
Esse diálogo é essencial, afirmou Amaia Pérez Orozco, ainda que não tenhamos uma aposta política clara. É a partir da subversão da economia que poderemos encontrar respostas para

“desprivatizar e desfeminizar a responsabilidade de sustentar a vida; que este passe a ser o eixo sobre o qual circule uma economia diferente. Por isso, embora ainda não tenhamos totalmente clara a articulação política que queremos engendrar, sabemos que a subversão segue o caminho do decrescimento eco-feminista ”(Pérez Orozco, 2017: 34).

Dos mais diversos territórios as lutas contra a exploração mineral, as usinas hidrelétricas e megaprojetos, tiveram por parte das mulheres, comunidades e povos nativos, a mais persistente oposição. De alguma forma, os diálogos e encontros que emergiram dessas lutas entrelaçaram as vozes das mulheres urbanas, indígenas e camponesas e foram criando slogans comuns que hoje integram o pensamento coletivo dos feminismos.

No XIV Encontro Feminista da América Latina e Caribe (XIV EFLAC), realizado em Montevideu em novembro de 2017, a assembléia "Guerras e resistências coletivas, expulsões, terras e território" expressou em suas conclusões:

“A concepção do corpo-território nos aproxima de defender a vida contra a guerra do capital a partir de uma relação diferente e poderosamente transformadora com o território. É uma perspectiva crítica radical da razão moderna, patriarcal e neoliberal porque deixa para trás a noção de corpo matéria, carne, recurso, corpo isolado. Também porque nos mostra o território como espaço histórico onde transcorre a vida do corpo social e natural em sua forma relacional, múltipla, dialética, holística... como entrelaçados e processos interconectados capazes de resistir e transformar o poder de dominação atual. Por isso, a concepção do corpo-território é também uma forma de construção sororal e política dos movimentos, um caminhar entre feministas e mulheres diversas organizadas a partir do interesse comum de se emancipar, mas sem deixar de problematizar privilégios e desigualdades de poder que existem em nossas relações, porque é preciso mudar esses domínios internalizados para construir outros entramados de vida, outras comunidades entre as mulheres como parte desses outros mundos possíveis. Fazer cotidiana essa mirada entre nós é também lutar contra a guerra ” (Relatório do 14º EFLAC, 2017: 103).



DEPOIS DA PANDEMIA PODEREMOS CONSTRUIR NOVOS PARADIGMAS PARA A SUSTENTABILIDADE DA VIDA?

Em 8 de março de 2020, grandes manifestações mostraram a força do movimento feminista. A coreografia do grupo chileno Las Tesis percorreu o mundo dando voz a um saber coletivo: “o patriarcado é um juiz que te julga ao nascer”. Uma semana depois, o coronavírus impôs distanciamento social obrigatório em muitos países, e voluntário em outros. Não é a única pandemia que a humanidade experimentou, mas é a primeira que paralisa e encerra milhões de pessoas em suas casas com terríveis consequências para os setores mais desprotegidos das sociedades.

A pandemia evidenciou as desigualdades estruturais geradas pelo capitalismo, mas também impactou de forma generalizada nos empregos de milhões de pessoas, criando situações dramáticas. Como disse Maristella Svampa:

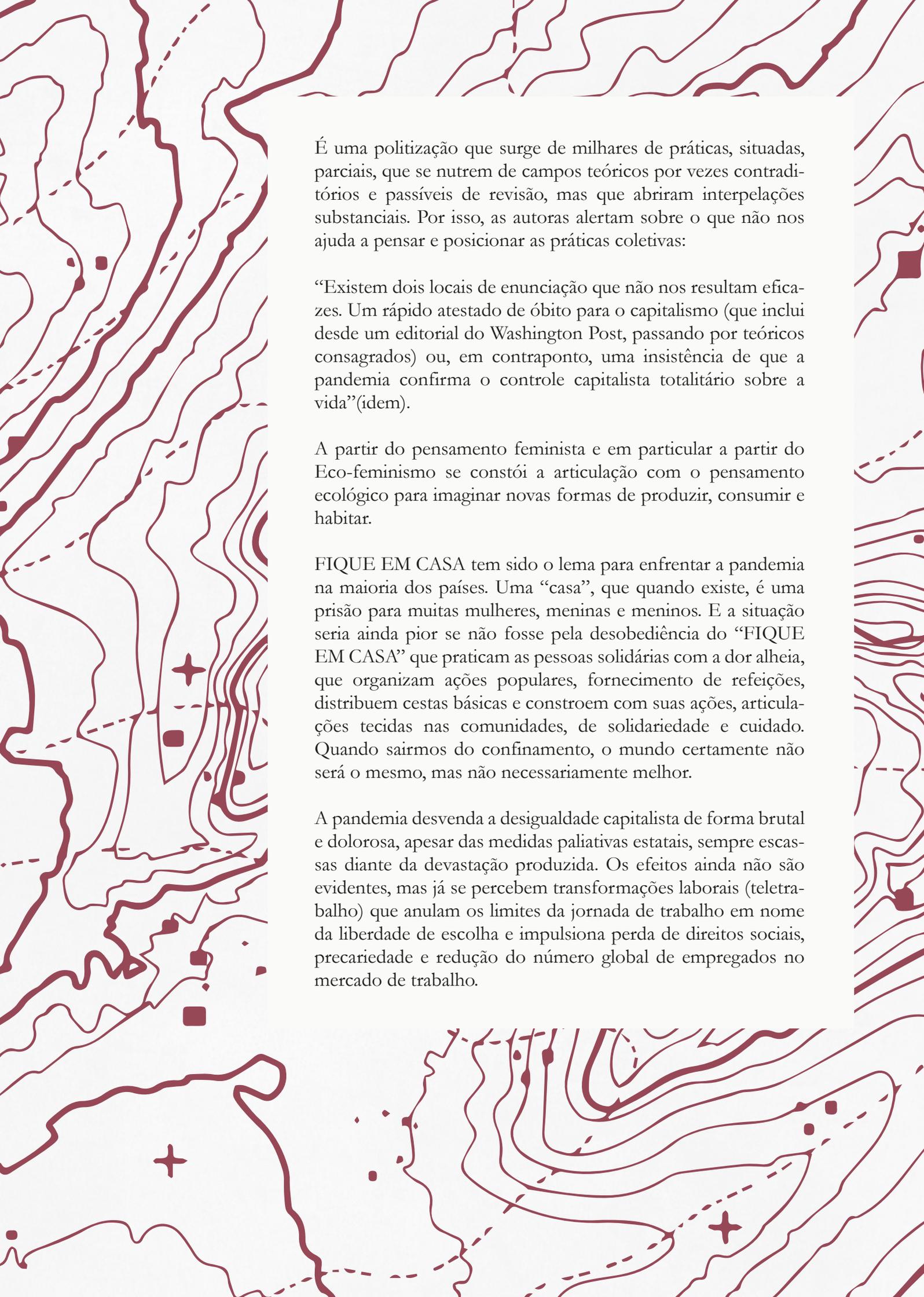


“Hoje lemos em inúmeros artigos, corroborados por diferentes estudos científicos, que os vírus que assolam a humanidade nos últimos tempos estão diretamente associados à destruição dos ecossistemas, ao desmatamento e ao trânsito de animais silvestres para instalação de monoculturas. No entanto, parece que a atenção à própria pandemia e às estratégias de controle que estão sendo desenvolvidas não incorporaram esse núcleo central em seus discursos. Tudo isso é muito preocupante” (Nova Sociedade, abril de 2020).

A disputa simbólica se instala no cenário político e, dependendo de como analisamos as causas, poderemos imaginar as soluções pós-pandêmicas. Para as feministas argentinas Veronica Gago e Luci Cavallero, é preciso colocar em ação as chaves de leitura que o feminismo produziu, pois nos permitem compreender o futuro que está sendo forjado agora mesmo.



“Ou será que alguém imagina o que seria esta pandemia sem a prévia politização dos cuidados, sem a militância pelo reconhecimento das tarefas de reprodução e a valorização das infraestruturas de trabalhos invisibilizados, sem a denúncia do endividamento público e privado, sem a contundência das lutas anti-extrativistas para defender territórios dos saques das corporações?” (Revista Anfibia, 2020).



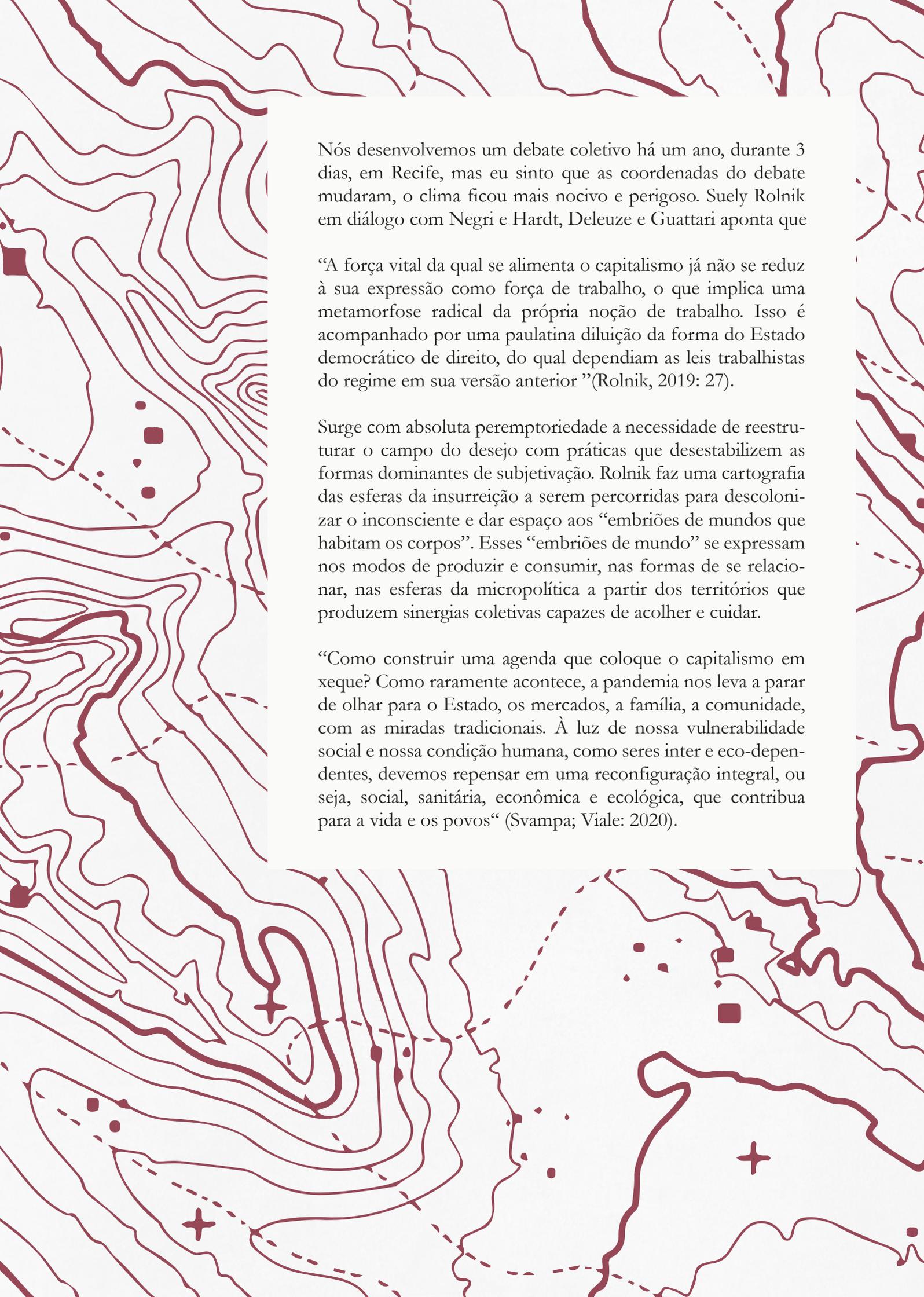
É uma politização que surge de milhares de práticas, situadas, parciais, que se nutrem de campos teóricos por vezes contraditórios e passíveis de revisão, mas que abrem interpelações substanciais. Por isso, as autoras alertam sobre o que não nos ajuda a pensar e posicionar as práticas coletivas:

“Existem dois locais de enunciação que não nos resultam eficazes. Um rápido atestado de óbito para o capitalismo (que inclui desde um editorial do Washington Post, passando por teóricos consagrados) ou, em contraponto, uma insistência de que a pandemia confirma o controle capitalista totalitário sobre a vida”(idem).

A partir do pensamento feminista e em particular a partir do Eco-feminismo se constói a articulação com o pensamento ecológico para imaginar novas formas de produzir, consumir e habitar.

FIQUE EM CASA tem sido o lema para enfrentar a pandemia na maioria dos países. Uma “casa”, que quando existe, é uma prisão para muitas mulheres, meninas e meninos. E a situação seria ainda pior se não fosse pela desobediência do “FIQUE EM CASA” que praticam as pessoas solidárias com a dor alheia, que organizam ações populares, fornecimento de refeições, distribuem cestas básicas e constroem com suas ações, articulações tecidas nas comunidades, de solidariedade e cuidado. Quando sairmos do confinamento, o mundo certamente não será o mesmo, mas não necessariamente melhor.

A pandemia desvenda a desigualdade capitalista de forma brutal e dolorosa, apesar das medidas paliativas estatais, sempre escassas diante da devastação produzida. Os efeitos ainda não são evidentes, mas já se percebem transformações laborais (teletrabalho) que anulam os limites da jornada de trabalho em nome da liberdade de escolha e impulsiona perda de direitos sociais, precariedade e redução do número global de empregados no mercado de trabalho.



Nós desenvolvemos um debate coletivo há um ano, durante 3 dias, em Recife, mas eu sinto que as coordenadas do debate mudaram, o clima ficou mais nocivo e perigoso. Suely Rolnik em diálogo com Negri e Hardt, Deleuze e Guattari aponta que

“A força vital da qual se alimenta o capitalismo já não se reduz à sua expressão como força de trabalho, o que implica uma metamorfose radical da própria noção de trabalho. Isso é acompanhado por uma paulatina diluição da forma do Estado democrático de direito, do qual dependiam as leis trabalhistas do regime em sua versão anterior” (Rolnik, 2019: 27).

Surge com absoluta peremptoriedade a necessidade de reestruturar o campo do desejo com práticas que desestabilizem as formas dominantes de subjetivação. Rolnik faz uma cartografia das esferas da insurreição a serem percorridas para descolonizar o inconsciente e dar espaço aos “embriões de mundos que habitam os corpos”. Esses “embriões de mundo” se expressam nos modos de produzir e consumir, nas formas de se relacionar, nas esferas da micropolítica a partir dos territórios que produzem sinergias coletivas capazes de acolher e cuidar.

“Como construir uma agenda que coloque o capitalismo em xeque? Como raramente acontece, a pandemia nos leva a parar de olhar para o Estado, os mercados, a família, a comunidade, com as miradas tradicionais. À luz de nossa vulnerabilidade social e nossa condição humana, como seres inter e eco-dependentes, devemos repensar em uma reconfiguração integral, ou seja, social, sanitária, econômica e ecológica, que contribua para a vida e os povos“ (Svampa; Viale: 2020).

TERRITÓRIOS FEMINISTAS

As mil formas de lutas feministas, nas ruas, nas casas e nos territórios, as irreverências e subversões cotidianas que abrem novas categorias teóricas e práticas políticas, alimentam a reflexão feminista.

As lutas sociais reúnem subjetividades e visões diversas. Construir a palavra coletiva supõe combater em nós os resquícios do pensamento colonial e universalista hegemônico, para nos reconhecermos em nossas diferenças, com nossas histórias e desigualdades. Descolonizar o pensamento pressupõe uma revisão conceitual das categorias e roteiros com os quais interpretamos os problemas. Suspeitar de palavras e conceitos para questionar os mapas conceituais com os quais interpretamos a realidade. Colocar-nos em diálogo significa um esforço teórico, político e pessoal capaz de construir outras categorias e outras abordagens que proporcionem romper com as formas hegemônicas de classificações. A possibilidade de pensar os problemas simultaneamente a partir de uma perspectiva feminista, anti-racista, ecológica e não binária abre o espaço para a criação de novas categorias e questões. Em uma pedagogia da alteridade, como diz Escobar, é necessário ver o outro/outra em sua diferença radical sem pretender assimilar e/ou conquistar.

Na pós-pandemia aparece como urgente implantar espaços coletivos autônomos, reinventando as resistências à cultura capitalista em todas as suas manifestações consumistas, individualistas, violentas, racistas, colonialistas e patriarcais, para explorar o espaço da invenção política criativa fora do jogo político do Estado e da representação. Isso não implica descuidar da crítica, ou do questionamento das formas tradicionais da política e os Estados, mas apenas reconstruindo a ação política a partir da comunidade, podemos construir

modos de viver mais próximos de um imaginário transformador.

Transformar as formas de produzir e consumir é uma forma de territorializar o feminismo para produzir outros modos de viver e de ser nessas esferas de insurreição a partir do micro.

As novas expressões feministas criam “mercadas virtuais”, feiras artesanais, permacultura, hortas urbanas, mercados de troca, experiências de gestão sustentável em questões políticas e ambientais que fortalecem esferas de economias alternativas e autogestão.

Ampliar e aprofundar essas experiências é uma alternativa para enfrentar a crise deixada pelo coronavírus, com economias desenvolvidas a partir dos territórios que podem contribuir para uma democratização a partir do local, modificando as práticas de consumo para desenvolver uma nova relação com a natureza.

É necessário, diz Rita Segato, reconstruir “os tecidos comunitários atacados e desintegrados, primeiro pela intervenção colonial, ultramarina e mais tarde republicana” (2013). A ação feminista a partir dos territórios permite a construção de laços de solidariedade entre mulheres diversas, capazes de produzir um encontro para se observarem e se reconhecerem. Precisamos implantar uma nova imaginação política crítica capaz de enfrentar ao mesmo tempo os fundamentalismos religiosos, políticos e econômicos. Isso implica abrir espaço para a criatividade e a imaginação transgressora, perturbando as disciplinas e a disciplina. É preciso também transcender as identidades fechadas, para transitar às formas permeáveis, abertas, receptivas à escuta, para subverter as expulsões e violências do capitalismo. Nesse momento crítico, de desigualdades extremas, de feminicídios e fundamentalismos, ainda temos uma insuficiência teórico-conceitual para descrever, nomear e explicar a complexidade do momento.

CUIDAR DA SUSTENTABILIDADE DA VIDA

As necessidades básicas do dia-a-dia, como alimentar-se, vestir-se, cuidar de crianças ou doentes, dar-nos carinho, reconhecimento e solidariedade, estão no centro da vida cotidiana das pessoas. A reprodução da vida é realizada majoritariamente pelas mulheres, que são as que garantem os cuidados e afetos necessários.

A teoria feminista tem colocado foco nessa relação, abrindo a possibilidade de uma análise integral da sociedade. A despatriarcalização da vida passa por assumir o cuidado como um eixo central de sustentação da vida humana e não humana. Carrasco destaca que

“focar explicitamente na forma como cada sociedade resolve seus problemas de sustentação da vida humana oferece, sem dúvida, uma nova perspectiva de organização social e permite tornar visível toda aquela parte do processo que tende a estar implícita e que normalmente não é nomeada ”(2003: 12).

Na relação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, o tempo que adquire valor é aquele alocado ao trabalho produtivo, entre outras coisas, porque o capitalismo pressupõe a mercantilização do tempo e é assim que a aquisição de “valor” leva ao pagamento, com tudo que isso implica simbolicamente.

“Como é que as necessidades humanas mais elementares foram relegadas a um espaço invisível para a consideração dos problemas "macro"? Como é que os sistemas econômicos, nos são apresentados tradicionalmente como autônomos, ocultando assim a atividade doméstica, base essencial para a produção da vida e das forças de trabalho?” (Carrasco, 2003: 13).

A sociedade e a economia continuam desconhecendo que cuidar da vida humana é uma responsabilidade social e política e que a participação dos homens nas tarefas do cuidado é uma prática primária de solidariedade necessária ao desenvolvimento de novas culturas cidadãs e políticas. Explorar esse vínculo é uma das tarefas que o feminismo se propôs, não só para denunciar o uso que o capitalismo faz do trabalho gratuito das mulheres, mas também para a revalorização do cuidado como uma ética social e ecológica imprescindível quando se trata de pensar em alternativas.

A proposta do “Pacto Eco-social do Sul” indica como um dos 5 eixos do pacto social a construção de sociedades vinculadas ao paradigma do cuidado. Esse paradigma é baseado no reconhecimento da interdependência entre as pessoas e da eco-dependência com a natureza. Priorizar como política o fortalecimento dos sistemas de cuidado e os sistemas de saúde pública deve ser uma primazia tanto em nível nacional como global.

Trata-se de elevar os cuidados e a reprodução da vida a amplos setores das comunidades e da sociedade. Incorporar essas dimensões nas organizações sociais, sindicatos, cooperativas e todos os tipos de organização social ao mesmo tempo em que promove a demanda por um Sistema de Cuidados como política pública. As práticas sociais devem se expandir para além do Estado, para viabilizar campos relacionais pautados em princípios éticos para a construção do “comum”. Os cuidados podem ser socializados reconhecendo as contribuições da Economia Feminista para promover uma transformação das relações sociais.

A economista feminista Natalia Quiroga destaca que a interação entre a economia social e popular pós-patriarcal e a economia feminista deve centrar suas práticas em uma economia para a vida. Uma economia que cuide de nós (Quiroga, 2019).

Yayo Herrero (2017: 140) alerta para a necessidade de ressignificar o conceito de sustentabilidade, incorporando também a necessária relação harmoniosa entre humanidade e natureza. Existem propostas e diretrizes para começar a ensaiar transições sócio-ecológicas para outro modelo de economia e organização social.

HÁ QUE DESEJÁ-LO.

BIBLIOGRAFIA

ÁVILA, María Betania. Una mirada Feminista sobre el Foro Social Mundial. In: Reflexiones colectivas. Escrituras horizontales. Cotidiano Mujer: Montevideo, 2010. Disponible: http://www.mujeresdelsur-afm.cotidianomujer.org.uy/joomdocs/pub_reflexiones.pdf

BERARDI, Franco. La Sublevación. Artefakte: Barcelona, 2013.

BUTLER, Judith. Cuerpos Aliados y lucha política. Hacia una teoría performativa de la asamblea. Ed Paidós: Barcelona, 2015.

CARRASCO, Cristina. La sostenibilidad de la vida humana ¿un asunto de mujeres? Icaria Editorial: Barcelona, 2001.

_____ y DÍAZ CORRAL, Carmen (Editoras). Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. Entrepueblos: Barcelona, 2017.

CELIBERTI, Lilian y VARGAS, Virginia. Imaginarios Feministas: Cartografías de la irreverencia. In: Veias Feministas. Desafíos e perspectivas para las mujeres do século 21. Editora BONECKER: Rio de Janeiro, 2017.

CELIBERTI, Lilian; FONSECA, Elena; ZELIKOVITCH, Ema. Memoria 14° EFLAC 2017. Cotidiano Mujer: Montevideo.

_____. Las Bases materiales que sostienen la vida. Perspectivas Ecofeministas. Cotidiano Mujer. Montevideo, ago/2019. Disponible: <http://www.cotidianomujer.org.uy/sitio/attachments/article/2178/LasBasesMaterialesQueSostienenLaVida%20-%20Perspectivas%20Ecofeministas.pdf>

_____. Nuevos tiempos, viejos desafíos. In: Reflexiones colectivas. Escrituras horizontales. Cotidiano Mujer: Montevideo, 2010.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura. Descolonizar el saber, reinventar el poder. Trice: Montevideo, 2010.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL. Carta de Principios. Disponible: http://www.universidade-popular.org/site/media/documentos/Carta_de_Principios_do_FSM.pdf

GABBERT, Karin y LANG, Miriam (Editoras). ¿Cómo se sostiene la vida en América Latina? Feminismos y re-existencias en tiempos de oscuridad. Fundación Rosa Luxemburgo. Ediciones Aby Ayala: Ecuador, 2019.

GAGO, Verónica y CAVALLERO, Luci. Deuda, vivienda y trabajo: una agenda para la pospandemia. Revista Anfibia. Marzo, 2020. Disponible: <http://revistaanfibia.com/ensayo/-deuda-vivienda-trabajo-una-agenda-feminista-la-pospandemia/>

HERRERO, Yayo. Economía ecológica y Economía Feminista: un diálogo necesario. In: Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. Entrepueblos: Barcelona, 2017.

PACTO ECO SOCIAL DEL SUR. Disponible: <https://pactoecosocialdelsur.com/>

PÉREZ OROZCO, Amaia. ¿Espacios económicos de subversión feminista? In: Economía feminista: desafíos, propuestas, alianzas. Entrepueblos: Barcelona, 2017.

PRECIADO, Paul. La Izquierda bajo la piel. In: ROLNIK, Suely. Esferas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente. Tinta Limón, Colección Naciones Comunes: Buenos Aires, 2019.

QUIROGA, Natalia. Economía Pospatriarcal. Lavaca: Buenos Aires, 2019.

RELATÓRIO DO XIV EFLAC – 2017. Disponible: <https://soscorpo.org/?p=5844>

ROLNIK, Suely. Esferas de la insurrección. Apuntes para descolonizar el inconsciente. Tinta Limón, Colección Naciones Comunes: Buenos Aires, 2019.

SASSEN, Saskia. Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global. Katz Editores: Espanha, 2015.

SEGATO, Rita. Las nuevas formas de la Guerra y el cuerpo de las mujeres. Tinta Limón: Buenos Aires, 2013. Disponible: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-69922014000200003&script=sci_arttext&tlng=es

SVAMPA, Maristella. Feminismos del Sur y ecofeminismo. Revista Nueva Sociedad. No 256, Marzo-abril/2015. Disponible: www.nuso.org

_____ y VIALE, Enrique. Nuestro Green New Deal. Revista Anfibia: Argentina, mayo 2020. Disponible: <http://revistaanfibia.com/ensayo/green-new-deal/>

VARGAS, Virginia. Pistas para pensar algunas dimensiones de una nueva hegemonía. In: Reflexiones colectivas. Escrituras horizontales. Cotidiano Mujer: Montevideo, 2010. Disponible: http://www.mujeresdelsur-afm.cotidianomujer.org.uy/joomdocs/pub_reflexiones.pdf

VEREDICTO. Tribunal ético de las mujeres. Foro Panamazonico. Tarapoto, Perú. Disponible: <http://www.forosocialpanamazonico.com/veredicto-del-tribunal-justicia-y-defensa-de-los-derechos-de-las-mujeres-p-anamazonicas-y-andinas/2016>